

## **A EMPRESA COIMBRA BUENO & CIA LTDA E A FORMAÇÃO DO MOSAICO URBANÍSTICO DE GOIÂNIA-GO (1933-1951):** agentes públicos, urbanistas e empreendedores imobiliários

### **EIXO TEMÁTICO 1: trajetórias, institucionalização e circulação de ideias no urbanismo**

**PANTALEÃO, Sandra Catharinne**

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB); Universidade Estadual de Goiás | Pontifícia Universidade Católica de Goiás

e-mail: sandra.resende@ueg.br

**SABER, Júlia de Souza Costa**

Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PUC Goiás); Pontifícia Universidade Católica de Goiás

e-mail: juliasaber4@gmail.com

**ARAÚJO, Sarah Moraes Amorim**

Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PUC Goiás); Pontifícia Universidade Católica de Goiás

e-mail: moraisar.arqurb@outlook.com

### **RESUMO**

Este artigo analisa a atuação da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda na materialização de Goiânia, capital de Goiás. Contratada em 1934 para executar as obras da nova capital de Goiás, a empresa assumiu funções além do previsto: entre 1936 e 1938, passou a coordenar os projetos urbanísticos e arquitetônicos, tornou-se representante do Estado na comercialização de lotes e recebeu, como parte do pagamento, glebas no entorno do núcleo pioneiro, levando a ampliação da área urbana em 1947. A análise das fontes primárias revelou que Setor Sul foi veículo de divulgação da nova capital e de circulação de ideias urbanísticas; a empresa atuou como agente urbanizador na expansão leste-oeste (Setor Coimbra) e norte-sul (Setor Bueno) entre 1933 e 1951. A análise dos acervos Abelardo Coimbra Bueno e do jornal O Popular indica o papel da empresa nas esferas pública e privada, permeando a materialização da cidade em seu período gestacional (1933-1951). Considerando os atributos de cidade nova (Trevisan, 2020) e a atuação dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, também à frente do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP), constata-se uma forma urbana fragmentada e descontínua a partir dos bairros oriundos de interesses político-institucionais e econômico-fundiários.

**Palavras-chave:** Goiânia; Coimbra Bueno & Cia; mosaico urbanístico; cidades novas; acervos de urbanismo.

## PENSAR FORA DO EIXO

### ABSTRACT

*This article examines the role of Coimbra Bueno & Cia Ltda in shaping the urban mosaic of Goiânia. Hired in December 1934 to carry out construction works for the new state capital of Goiás, the urban development company took on functions beyond its original contract: between 1936 and 1938, it assumed coordination of urban and architectural design, became the State's representative in lot sales, and received land parcels on the outskirts of the pioneering nucleus as partial payment for services rendered, a process that drove the expansion of the urban perimeter in 1947. Analysis of primary sources reveals that the Setor Sul served as a vehicle for publicizing the new capital and for the circulation of contemporary urbanistic ideas; the company further acted as a land developer in the east-west (Setor Coimbra) and north-south (Setor Bueno) expansion between the 1930s and 1950s. Close examination of the Abelardo Coimbra Bueno Archive alongside records from the local press (Jornal O Popular) exposes the company's dual operation as both public contractor and private landowner throughout the city's formative decades (1933–1951). Drawing on the attributes of new towns (Trevisan, 2020) and the role of Jerônimo and Abelardo Coimbra Bueno who also directed the Department of Roads and Public Works (DVOP) the research advances the understanding of a fragmented and discontinuous urban form, conceived here as a mosaic of neighborhoods shaped by political-institutional and land-based economic interests.*

**Keywords:** Goiânia; Coimbra Bueno & Cia; urban mosaic; new towns; urbanism archives.

### RESUMEN

*Este artículo analiza la actuación de la empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda en la configuración del mosaico urbanístico de Goiânia. Contratada en diciembre de 1934 para ejecutar las obras de la nueva capital del estado de Goiás, la empresa asumió funciones más allá de lo pactado originalmente: entre 1936 y 1938, pasó a coordinar los proyectos urbanísticos y arquitectónicos, se convirtió en representante del Estado en la comercialización de lotes y recibió, como parte del pago por los servicios prestados, terrenos en el entorno del núcleo pionero, lo que derivó en la ampliación del perímetro urbano en 1947. El análisis de las fuentes primarias revela que el Setor Sul funcionó como vehículo de difusión de la nueva capital y de circulación de ideas urbanísticas en boga; asimismo, la empresa actuó como agente urbanizador en la expansión este-oeste (Setor Coimbra) y norte-sur (Setor Bueno) entre las décadas de 1930 y 1950. El examen detallado del Acervo Abelardo Coimbra Bueno, junto con los registros del Jornal O Popular, pone de manifiesto la superposición de la empresa en la esfera pública y como agente privado durante las dos primeras décadas de la ciudad, considerado su período fundacional (1933–1951). A partir de los atributos de ciudad nueva (Trevisan, 2020) y de la actuación de los hermanos Jerônimo y Abelardo Coimbra Bueno — también al frente del Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) —, la investigación avanza en la comprensión de una forma urbana fragmentada y discontinua, entendida como mosaico compuesto por barrios surgidos de intereses político-institucionales y económico-fundarios.*

**Palabras clave:** Goiânia; Coimbra Bueno & Cia; mosaico urbanístico; ciudades nuevas; archivos de urbanismo.

## INTRODUÇÃO

O estudo das cidades novas brasileiras das primeiras décadas do século XX como tipologia urbanística (Trevisan, 2020) envolve a compreensão dos discursos de modernização como estratégia de ocupação territorial no período da Era Vargas (1930-1945), associando frentes de urbanização a aspectos político-institucionais, econômico-fundiários e socioespaciais que repercutem em sua materialização (Marx, 1999). Esses elementos permitem compreender que tais empreendimentos, embora iniciativas do Estado, envolvem interesses econômicos à medida que estabelecem essa tipologia urbana como indutora de ocupação territorial do Centro-Oeste do país. As cidades novas vão além da visão heroica que as origina e tampouco são objetos congelados no tempo, pois se estabelecem por dinâmicas que se modificam e se desenvolvem, tendo em vista a estruturação e a produção do espaço urbano articuladas a relações de poder e de planejamento urbano e regional.

A historiografia tende a conferir protagonismo a fundadores, aos projetistas e ao plano urbanístico original, relegando a segundo plano os desvios, disputas e conflitos que marcam a materialização das cidades novas. A compreensão dessas cidades como processo histórico exige, portanto, considerar tanto o projeto idealizado quanto as adaptações decorrentes de interesses políticos, econômicos e sociais que atuaram sobre elas ao longo do tempo. Nesse sentido, a análise da massa documental permite revisitar a historiografia, examinando fontes pouco exploradas, dispersas em acervos públicos e privados, que apontam disparidades entre a cidade ideal e aquela efetivamente construída.

Em Goiânia, capital de Goiás fundada em 1933, esse processo ocorre, de forma particularmente expressiva, na atuação da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda. Contratada em dezembro de 1934 para executar as obras da nova capital, a empresa dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno assumiu, com a saída de Atílio Corrêa Lima em 1935, também a coordenação dos projetos urbanísticos e arquitetônicos. A partir desse momento, passou a acumular funções que extrapolavam o contrato original: tornou-se representante do Estado na comercialização de lotes e recebeu, como parte do pagamento pelos serviços executados, glebas no entorno do núcleo pioneiro. Isso é possível de ser atestado à medida que se identificam nos documentos oficiais (1933-1938), as plantas de urbanização, o carimbo da empresa, que se identificava como responsável por "Construções, Loteamentos, Urbanismo", indicando a amplitude de sua atuação sobre o território

## PENSAR FORA DO EIXO

da capital e como buscou, por meio da execução de Goiânia, se colocar como empresa de urbanização.

A historiografia de Goiânia tem avançado na análise do plano original e de seus protagonistas (Daher, 2003; Diniz, 2021; Manso, 2001; 2018), mas a atuação da Coimbra Bueno & Cia como um dos agentes definidores da forma urbana permanece pouco sistematizada. Este artigo apresenta os resultados que tomam como objeto principal a compreensão dos bairros do centro expandido<sup>1</sup> de Goiânia, definido em 1992 (Prefeitura de Goiânia, 1994). A partir da reunião, sistematização e análise de fontes primárias dispersas em acervos públicos e privados, examinou-se como a atuação da empresa conformou o mosaico urbanístico de Goiânia, destacando os bairros Setor Sul, Setor Coimbra e Setor Bueno, compreendidos como expressão de uma forma urbana fragmentada e descontínua, cujas distintos processos de ocupação revelam a sobreposição entre esfera pública e interesse privado como condição intrínseca ao período gestacional da cidade nova (1933–1951).

Este artigo está organizado em quatro seções. A primeira discute os acervos de urbanismo como dispositivos analíticos, apontando a reunião e sistematização dos documentos encontrados em diferentes acervos e arquivos. A segunda examina a atuação da Coimbra Bueno & Cia Ltda a partir dos bairros em análise: o Setor Sul como espaço de circulação do ideário moderno e propaganda do Estado; o Setor Coimbra como vetor de expansão leste-oeste; e o Setor Bueno como produto da fase de crescimento, associado à ampliação do perímetro urbano e à gestão pública dos próprios proprietários da empresa. A terceira seção discute como a sobreposição entre esfera pública e interesse privado resultou na ampliação do espaço e na fragmentação do território. As considerações finais apontam os limites da pesquisa e os desdobramentos previstos.

### 1 PENSAR POR ACERVOS DE URBANISMO: CAMADAS DA HISTÓRIA URBANA DE GOIÂNIA

A organização e análise de acervos de arquitetura e urbanismo constituem, para além de um suporte documental, um procedimento metodológico para a compreensão dos processos históricos de produção do espaço urbano. Conforme assinala Trevisan (2025), os acervos operam como dispositivos analíticos capazes de articular projeto, norma, prática profissional e materialização do

---

<sup>1</sup> O conceito de centro expandido foi estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992 (Prefeitura de Goiânia, 1994) ao abordar o processo de evolução urbana da cidade a partir do trabalho de Moraes (1991). É composto pelos seguintes bairros: Centro, Setor Oeste, Setor Aeroporto, Setor Leste Universitário, Setor Sul, Setor Bueno, Setor Coimbra, Jardim América e Setor Leste Vila Nova. Os três setores analisados remontam ao período gestacional da cidade (1933–1951) e cuja morfologia expressa as distintas lógicas de produção do espaço examinadas ao longo do texto.

## PENSAR FORA DO EIXO

espaço, permitindo reconstituir redes de agentes, circulação de ideias e decisões técnicas que estruturam a cidade ao longo do tempo. Documentos dispersos, ao serem reunidos e sistematizados, formam a massa documental de uma cidade: passam de vestígios isolados à configuração de um campo relacional, no qual torna-se possível identificar continuidades, rupturas e sobreposições temporais que as narrativas oficiais tendem a apagar.

Essa perspectiva articula-se à abordagem do "pensar por nebulosas" (Jacques e Pereira, 2018), que compreende o conhecimento como instável e relacional sob uma perspectiva histórica mais ampla. Em vez de buscar uma narrativa coerente e linear da cidade, trata-se de iluminar zonas pouco exploradas da historiografia urbana, identificar apagamentos e reconhecer a circulação de ideias e agentes em circuitos que extrapolam os protagonistas formalmente reconhecidos. As proposições de Topalov (1991) reforçam essa leitura ao reconhecer a heterogeneidade do mundo social e a constituição de narrativas múltiplas sobre o urbano. No caso de Goiânia, essa abordagem permite deslocar o olhar do plano inicial ou do núcleo pioneiro consolidado por um conjunto de autoras locais Daher (2003; Diniz, 2021; Manso, 2001; 2018; Pires, 2009) para os documentos produzidos pelos agentes que executaram, modificaram e se apropriaram do projeto ao longo de suas duas primeiras décadas.

A análise da pesquisa, sob essa abordagem, apoia-se na leitura histórico-morfológica (Vasconcelos, 2010; Panerai, 2006), articulada à leitura da paisagem como categoria de análise (Santos, 1985; 1996; 2008). Considera-se que a paisagem, embora composta por formas duráveis, expressa transformações contínuas em diferentes escalas, ritmos e intensidades, o que permite compreender a coexistência de processos de concentração e dispersão urbana na estruturação urbana de Goiânia (Secchi, 2009).

A massa documental analisada foi reunida entre 2022 e 2025 a partir do levantamento de dados em acervos públicos e privados. O Acervo Abelardo Coimbra Bueno, depositado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB) em 2020, reúne plantas de urbanização, gráficos demonstrativos de aquisição de glebas, documentação técnica e o álbum profissional de Abelardo Coimbra Bueno, composto por recortes de jornais de circulação nacional sobre a construção de Goiânia. A Coleção João Baptista de Campos Aguirra, no Museu Paulista/USP, preserva plantas do Setor Sul e material de propaganda imobiliária produzido pela Coimbra Bueno & Cia Ltda. O acervo do CEDOC/Grupo Jaime Câmara disponibiliza a coleção do jornal *O Popular* desde sua fundação em 1938. Os arquivos da Secretaria Municipal de

## PENSAR FORA DO EIXO

Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia (SEPLANH) forneceram aerofotogrametrias de 1951 e 1952 e plantas cadastrais do período. As fontes foram organizadas a fim de identificar correspondências e contradições entre o plano inicial e a materialização da cidade.

A natureza dispersa dessas fontes é ela mesma um dado analítico. Documentos produzidos pela Coimbra Bueno & Cia Ltda encontram-se distribuídos entre acervos institucionais em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, arquivos municipais em Goiânia e coleções particulares, refletindo a trajetória de uma empresa que atuou simultaneamente como construtora, urbanista e proprietária fundiária em múltiplos contextos. Um exemplo dessa circulação documental é a participação da empresa na Exposição de Viação e Obras Públicas, promovida pelo Governo Federal no Rio de Janeiro em junho de 1938. O pavilhão de Goiás, visitado pelo Interventor Pedro Ludovico Teixeira, foi registrado pelo *O Popular* e pelo álbum profissional de Abelardo Coimbra Bueno como marco da projeção nacional da empresa. As plantas, maquetes e materiais ali apresentados constituíam acervos em circulação, destinados não apenas ao registro técnico, mas à construção de uma imagem pública da nova capital e de seus construtores. Essas exposições evidenciam também como os acervos de urbanismo são, ao mesmo tempo, fontes sobre a cidade e documentos sobre as estratégias de legitimação dos agentes que a produziram, o que fundamenta sua pertinência como dispositivo analítico para a história urbana.

O período de análise compreende 1933 a 1951, correspondente ao que Trevisan (2020) denomina período gestacional da cidade nova, pois foi o período de efetiva atuação da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda, seja como empresa urbanizadora ou como extensão do Estado via DVOP, controlada pelos proprietários da empresa e por suas influências políticas na formação da capital. Tomam-se como marcos do recorte temporal os planos aprovados no período: o Decreto-Lei nº 90-A/1938, que reconheceu as modificações propostas pela empresa e o Decreto-Lei nº 574/1947, aprovado durante o governo estadual de Jerônimo Coimbra Bueno, que ampliou a área urbana de 4 para 15 km a partir da Praça Cívica (figuras 1 e 2).

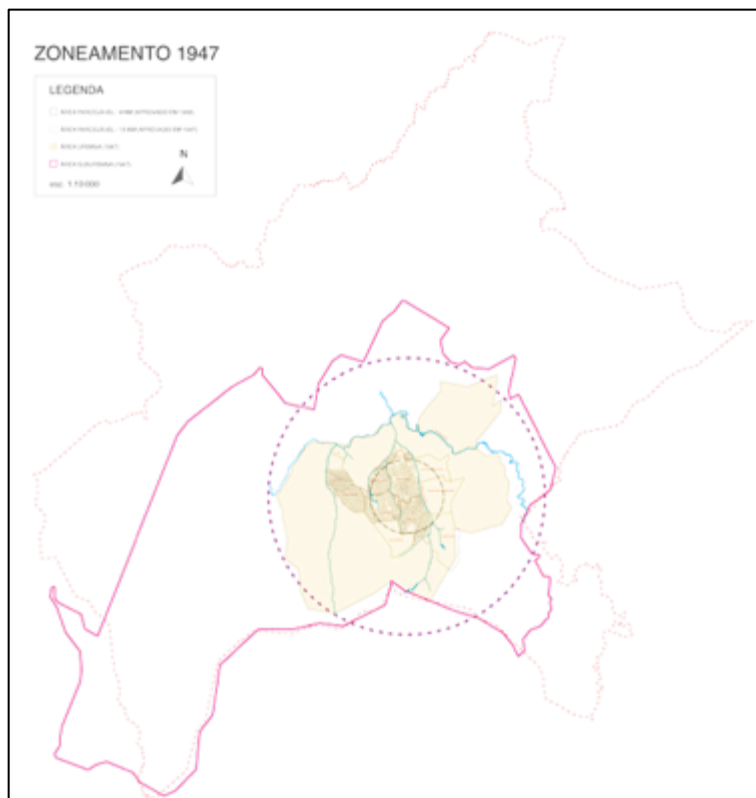
**Figura 1.** Delimitação da área urbana e suburbana com indicação dos bairros aprovados em 1938.

## PENSAR FORA DO EIXO



**Fonte:** elaborado pelas autoras, 2025.

**Figura 2.** Delimitação da área urbana e suburbana em 1938 e ampliação da zona urbana em 1947 (decreto estadual nº574)



**Fonte:** elaborado pelas autoras, 2025.

## 2 COIMBRA BUENO & CIA LTDA E A FORMAÇÃO DO MOSAICO URBANÍSTICO DE GOIÂNIA

A construção de Goiânia foi precedida por uma série de atos normativos que estabeleceram as condições jurídicas e técnicas para a transferência da capital. O Decreto Estadual nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, instituiu a comissão local para a escolha do sítio. O Decreto Estadual nº 3.359, de 18 de maio de 1933, definiu a área no município de Campinas para a construção da nova capital. O Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1933, autorizou o pagamento de 55 contos de réis<sup>2</sup> para o desenvolvimento do projeto, sob responsabilidade do arquiteto e urbanista Atílio Correa Lima, recém-chegado de Paris. O Decreto nº 3.804, de 18 de setembro de 1933, determinou o levantamento topográfico pela Seção de Viação da Diretoria Geral da Fazenda realizado por técnicos do órgão estadual; o Decreto nº 3.929, de 21 de outubro de 1933, formalizou o lançamento da pedra fundamental, realizado em 24 de outubro de 1933 (Monteiro, 1938). Nesse período, o Decreto nº 4.739, de 20 de junho de 1934, criou o Departamento de Propaganda e Venda de Terras, instrumento de comercialização dos lotes da nova capital que viria a ser operado com participação direta da Coimbra Bueno & Cia Ltda.

A empresa foi contratada oficialmente em 4 de dezembro de 1934, quando a minuta foi lavrada na Diretoria Geral da Fazenda para a direção geral das obras da nova capital (Monteiro, 1938). Em 5 de abril de 1935, foi firmado contrato específico com a firma para a construção do edifício dos Correios e Telégrafos. O contrato com Atílio Corrêa Lima, firmado em dois instrumentos, de 8 de setembro de 1933 e de 15 de janeiro de 1935, foi rescindido em 26 de abril de 1935. Em 11 de junho de 1935, um novo contrato foi celebrado com a Coimbra Bueno & Cia Ltda para a construção de edifícios públicos e casas destinadas aos funcionários da nova capital em substituição ao contrato firmado com Atílio Corrêa Lima.

Desde 1934, Jerônimo Coimbra Bueno coordenava a supervisão das obras como diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Goiás (DVOP), sobrepondo a função pública estatal à direção técnica da empresa contratada. Em 1938, o Decreto Estadual nº 580 conferiu aos irmãos o título de "construtores da cidade de Goiânia". No mesmo ano, o Decreto-Lei Municipal nº 90-A, de 30 de julho de 1938, aprovado pela Prefeitura de Goiânia e articulado ao

<sup>2</sup> Esse valor, em estimativa aproximada, corresponde a R\$ 650 mil, conforme metodologias de conversão baseadas na taxa de câmbio do período e no índice de preços. A conversão de réis para reais é sempre uma aproximação, dadas as sucessivas reformas monetárias brasileiras entre 1942 e 1994.

## PENSAR FORA DO EIXO

Decreto Federal nº 311, de 2 de março de 1938<sup>3</sup> (figura 3), reconheceu as modificações propostas pela empresa ao plano original e estabeleceu formalmente a área urbana da capital, conferindo existência jurídica e normativa aos três setores em análise (Setores Sul, Bueno e Coimbra).

**Figura 3.** Planta de urbanização de Goiânia (1938) – Coimbra Bueno & Cia Ltda com marcação da área adquirida pelo Estado em rosa e cidade de Campinas em amarelo com o Setor Coimbra.



**Fonte:** Pantaleão, 2022.

O álbum profissional de Abelardo Coimbra Bueno, reunido pela família e depositado na FAU/UnB em 2020, documenta a construção deliberada da imagem pública. Composto por recortes de jornais de circulação nacional, o álbum registra o andamento das obras e projeta os irmãos como protagonistas do empreendimento (figura 4). Em junho de 1938, a empresa participou da Exposição de Viação e Obras Públicas, promovida pelo Governo Federal no Rio de Janeiro, onde o pavilhão de Goiás recebeu a visita do Interventor Pedro Ludovico Teixeira. O jornal *O Popular* registrou o evento com destaque, apresentando a administração do interventor como iniciativa orientada pelo "espírito empreendedor" de Jerônimo Coimbra Bueno (*O Popular*, 23 jun. 1938) (Figuras 5 e 6). A participação na exposição colocava a empresa no circuito nacional de profissionais do urbanismo e conferia legitimidade à sua atuação perante o governo federal e a opinião pública.

**Figura 4.** Álbum profissional de Abelardo Coimbra Bueno.

<sup>3</sup> O Decreto-Lei Federal nº 311, de 2 de março de 1938, dispôs sobre a divisão territorial do Brasil, estabelecendo critérios para a classificação e delimitação dos municípios, distritos e vilas. No contexto de Goiânia, o decreto articulou-se à própria concepção da cidade ao definir os parâmetros legais que orientavam a constituição formal dos perímetros urbanos das novas capitais e municípios criados no período do Estado Novo, resultando no decreto-lei municipal nº90-A de 30 de julho de 1938.

# PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

Figura 5. Capa do jornal O Popular, 2 jun. 1938



Fonte: CEDOC/Grupo Jaime Câmara.

Figura 6. Capa do jornal O Popular, 23 jun. 1938.



Fonte: CEDOC/Grupo Jaime Câmara).

Essa visibilidade articulava-se diretamente à atividade comercial. A empresa utilizava a imprensa para anunciar a venda de lotes, associando a imagem da nova capital ao investimento imobiliário. O cartaz "Goiânia – todo um mundo de oportunidades", com mapa ilustrativo do Setor Sul produzido

## PENSAR FORA DO EIXO

pela Seção Técnica da Coimbra Bueno & Cia, integrava essa estratégia de atração de compradores (Figura 7).

**Figura 7.** Cartaz de venda de lotes do Setor Sul.



**Fonte:** Coleção João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista/USP.

Em 1939 e 1940, O Popular dedicou reportagens à cidade nova de Luziânia, no noroeste paulista, e às intervenções da empresa em outros estados, confirmando sua inserção no campo profissional do urbanismo brasileiro do período (Figura 8). Os documentos cartoriais revelam a dimensão fundiária privada da empresa: as plantas de localização da Fazenda Macambira, com 177 hectares, e do Sítio Damiana, com 13,5 hectares, documentam as posses dos irmãos nas áreas que concentrariam a expansão sul-sudoeste da cidade nas décadas seguintes mediante aquisição de partes da Fazenda Macambira (Figuras 9 e 10). O carimbo da empresa, identificando-a como responsável por "Construções, Loteamentos, Urbanismo", sintetiza essa sobreposição de funções sobre o território da capital (Figura 11).

**Figura 8.** Reportagens sobre Luziânia. Fonte: O Popular, 15 ago. 1940 e de 18 ago. 1940

# PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: CEDOC/Grupo Jaime Câmara.

Figura 9. Planta Fazenda Macambira de propriedade dos irmãos Coimbra Bueno & Cia Ltda.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

Figura 10. Planta Sítio Lagoinha com delimitação da Fazenda Macambira de propriedade dos irmãos Coimbra Bueno & Cia Ltda.

## PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

**Figura 11.** O carimbo da empresa, identificando-a como responsável por "Construções, Loteamentos, Urbanismo"



Fonte: Revista de Engenharia, 1938.

O Setor Sul foi o bairro de maior visibilidade na construção da imagem de Goiânia como cidade moderna, e o espaço onde a Coimbra Bueno & Cia Ltda atuou mais explicitamente como produtora da representação do Estado, elaborando diversas versões de plantas e os projetos de infraestrutura do bairro – rede de esgoto e de abastecimento de água. A pesquisa identificou quatro versões distintas de plantas do Setor Sul, elaboradas entre 1935 e 1938, com diferentes projetistas, mas com um ponto em comum: todos prestaram serviços à Superintendência de Obras ou à própria empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda. Isso indica que a concepção de Goiânia resultou da atuação de diversos profissionais, ainda que sob coordenação dos irmãos Coimbra Bueno.

A primeira versão, concebida por Atílio Corrêa Lima, apresentava traçado ortogonal semelhante ao do Setor Central. A versão final, incorporada ao Decreto-Lei nº 90-A de 1938, adotou traçado orgânico com influências do urbanismo de inspiração anglo-saxã, aproximando-se dos preceitos da cidade-jardim, conforme o relatório apresentado por Abelardo Coimbra Bueno em 1938 na Revista Municipal de Engenharia do Rio de Janeiro. Essa modificação seguiu orientações do engenheiro

## PENSAR FORA DO EIXO

Armando Augusto de Godoy, referência técnica do projeto (Bueno, 1938). A maioria da bibliografia consultada aponta essa dualidade entre os dois projetos, mas pouco avança em análises sobre a relação entre concepção e materialização do bairro (Daher, 2003; Manso, 2001; Pires, 2009).

O "Plano de Urbanização - Setor Sul, projeto das Chácaras Provisórias" e o "Projeto de Abastecimento de Água — Rede Distribuidora", ambos produzidos pela Seção Técnica da Coimbra Bueno & Cia, evidenciam que a empresa integrou projeto e execução da infraestrutura do bairro (Figuras 12, 13 e 14). Apesar da propaganda, o Setor Sul permaneceu como reserva de terras sob controle estatal durante as primeiras décadas, sendo ocupado efetivamente após 1961, quando a responsabilidade da urbanização passou a ser da prefeitura municipal.

**Figura 12.** Planta de *Urbanização* de Goiânia – Sector Sul – Planta de numeração – escala 1:2500 (09/09/1937).



**Fonte:** Coleção João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista/USP.

**Figura 13.** Planta de *Urbanização* de Goiânia – Sector Sul – Projeto das Chácaras Provisórias.



**Fonte:** Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

## PENSAR FORA DO EIXO

**Figura 14.** Projeto de Abastecimento de água – rede distribuidora



**Fonte:** Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

**Figura 15.** Planta de Urbanização do Setor Sul – zoneamento



**Fonte:** Coleção João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista/USP.

A ausência de parcelamento nessa área, apontada pelas aerofotogrametrias, sugere tanto uma estratégia de mercado quanto dificuldades financeiras do Estado para consolidar a ocupação de suas próprias terras (Araújo, 2024). A ocupação plena do bairro só ocorreu a partir da década de 1960 (figura 16), confirmando que a lentidão não foi resultado de insucesso do projeto, mas de uma estratégia deliberada de controle fundiário (Araújo, 2025).

O Setor Coimbra, denominado "Cidade Satélite de Campinas" no Decreto-Lei nº 90-A, localizava-se junto à estrada de rodagem entre Goiânia e Campinas, atual Avenida Anhanguera, articulando o núcleo pioneiro ao núcleo preexistente a leste. O "Gráfico Demonstrativo de Aquisição de Terrenos — Goiânia/Setor Campinas" (Coimbra Bueno & Cia Ltda, 1938) reconstituiu a cadeia de aquisições da gleba na Fazenda Arranca Toco desde o registro de Manoel Pereira Duarte em 1893 até a ratificação de escritura em nome da empresa em 4 de maio de 1938, três meses antes da aprovação do Decreto-Lei nº 90-A (Figura 16). A empresa era proprietária das terras que o decreto reconheceria como Setor Coimbra antes mesmo da aprovação do plano de urbanização. A antecipação da posse revela uma das faces menos visíveis da atuação da Coimbra Bueno & Cia

## PENSAR FORA DO EIXO

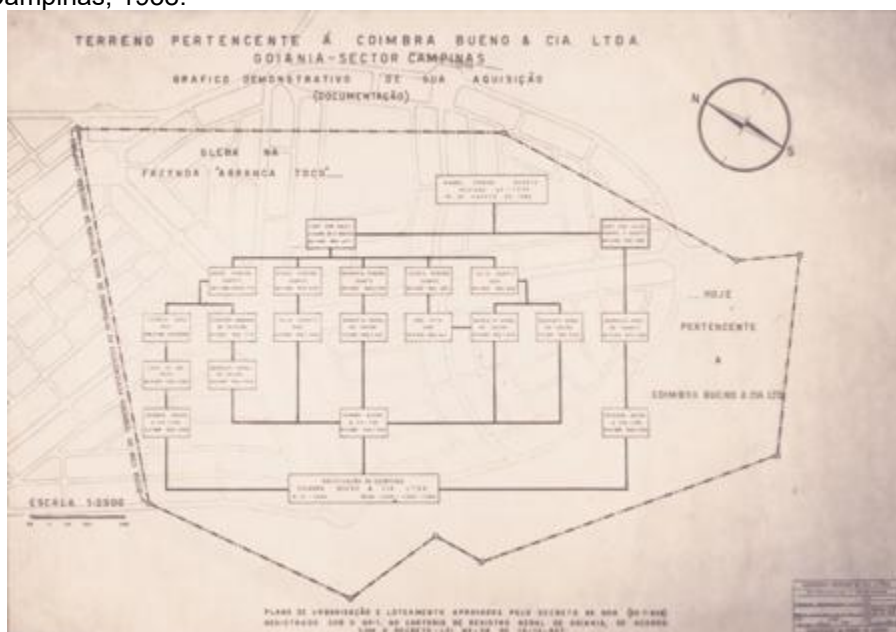
Ltda: a capacidade de fazer valer interesses fundiários privados dentro do próprio instrumento normativo do processo de urbanização do Estado de Goiás.

**Figura 16.** Aerofotogrametria da área ocupada de Goiânia, 1952 com destaque aos Setores Oeste e Sul, recentemente abertos para construção.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

**Figura 17.** Gráfico Demonstrativo de Aquisição de Terrenos pela Coimbra Bueno & Cia Ltda em Goiânia/Setor Campinas, 1938.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

## PENSAR FORA DO EIXO

Ao comparar as plantas produzidas no período a dupla atuação dos *construtores de Goiânia* é reforçada. A Planta Geral de Orientação aprovada pelo Decreto-Lei nº 90-A de 1938 inclui o Setor Coimbra como "cidade satélite". Contudo, outra planta produzida por José Neddermeyer, em 1939, técnico vinculado aos órgãos estaduais, prevê a ocupação da área entre Campinas e Goiânia sem representar o desenho do Setor Coimbra e o Futuro Setor Oeste, previsto para ser projetado a partir de um concurso nacional. Essa divergência entre representações indica que, enquanto os técnicos do Estado concentravam-se em registrar os bairros situados em áreas públicas, visando sua execução e dotação de infraestrutura, a Coimbra Bueno & Cia Ltda comercializava os lotes da área de sua propriedade independentemente do registro oficial.

Houve, portanto, tensões entre os agentes técnicos e os empreendedores que o processo de consolidação da cidade não registra de forma linear. A ocupação do Setor Coimbra foi favorecida pelo menor custo da terra em relação ao núcleo central e pela proximidade com Campinas, que atraía migrantes em busca de condições de moradia mais acessíveis. Esse bairro foi elaborado com a participação de técnicos como E.P. Marques e Salvador Batalha, vinculados à empresa, e destaca a atuação de Jerônimo Coimbra Bueno que, além de engenheiro superintendente das obras, exercia papel político e de empreendedor imobiliário. Trata-se de uma dupla função que exemplifica a sobreposição entre esfera pública e interesses privados que caracterizou a expansão de Goiânia em seu processo de urbanização inicial. O bairro consolidou-se como elemento de ligação entre Goiânia e Campinas, com intensificação do espraiamento urbano em direção sudoeste e promoveu simultaneamente a estruturação leste-oeste (Pantaleão, 2022). Em contraste, no sentido oeste, barreiras físicas como o Córrego Capim Puba, o aeródromo e a Fazenda Macambira impuseram limites à expansão, evidenciando como elementos naturais e fundiários condicionaram a forma urbana, mesmo com a proposição do bairro Jóquei Clube, atual Cidade Jardim (figura 18).

O Setor Bueno, aprovado em 1951 e anunciado inicialmente como Jardim Bueno, localizado entre o núcleo pioneiro e Campinas, ao sul da Avenida Anhanguera, sobre glebas que os irmãos Coimbra Bueno já detinham desde as décadas anteriores (figuras 19 e 20). Sua ocupação foi incentivada a partir da ampliação da zona urbana e abertura de vias, observadas pelas aerofotogrametrias, ocorrida pelo Decreto Estadual nº 574, de 12 de maio de 1947, na gestão de Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950) como governador do estado. Com a ampliação desse decreto, entre 1947 e 1951, foram aprovados mais de 160 loteamentos, incluindo aqueles sobre glebas de propriedade da própria empresa. As reportagens do *O Popular* de 1939 e 1941 registram as negociações relativas à doação de lotes a funcionários federais e ao pagamento de serviços com cessão de

## PENSAR FORA DO EIXO

terrenos, demonstrando as atividades realizadas pela empresa urbanizadora e a emergência de outros agentes loteadores.

**Figura 18.** Setor Jôquei Clube (atual Cidade Jardim) de propriedade da empresa Coimbra Bueno & Cia



**Fonte:** Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

**Figura 19.** Localização do Jardim Bueno em foto aérea de Goiânia.



**Fonte:** Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

**Figura 20.** Localização do Jardim Bueno em foto aérea de Goiânia.



**Fonte:** Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

## PENSAR FORA DO EIXO

A Planta Geral de Orientação com loteamentos existentes em 1951 confirma que a cidade havia superado os limites do plano original, fragmentando-se segundo lógicas distintas de produção do espaço: a dos proprietários fundiários e agentes loteadores, que comercializavam glebas além do perímetro previsto; a do Estado, responsável formal pela urbanização da capital, mas incapaz de implementar infraestrutura em ritmo compatível com a demanda; e a dos trabalhadores migrantes, que buscavam se fixar na cidade à margem do projeto oficial, ocupando áreas não previstas nos planos e nos decretos, ainda que a perspectiva inicial fosse a de que permaneceriam em acampamentos provisórios. Sem recursos para honrar seus compromissos, o Estado cedeu terras à Coimbra Bueno & Cia Ltda como forma de pagamento por serviços prestados.

O levantamento dos lotes existentes em 1951 registra o avanço da ocupação em direção sudoeste, enquanto os Setores Sul e Pedro Ludovico permaneciam com parcelamento incompleto. A análise histórico-morfológica indica que a formação da região oeste de Goiânia resultou do parcelamento articulado dos Setores Coimbra, Oeste e Bueno, revelando que a direção de crescimento da cidade atendeu mais às demandas econômico-fundiárias da empresa do que às diretrizes do plano aprovado em 1938 (Figura 21).

**Figura 21.** Planta Geral de Orientação – Loteamentos existentes em 1951



**Fonte:** Acervo Coimbra Bueno, FAU/UnB.

Os três bairros atestam as diferentes frentes de atuação da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda, não se reduzindo à execução do projeto urbanístico, contratado pelo Estado. Ao atuar simultaneamente como construtora, projetista, representante comercial do governo e proprietária de glebas no entorno da área do Estado, a empresa inscreveu seus interesses fundiários na própria forma urbana de Goiânia, levando à materialização de uma cidade que se afastou do plano original à medida que se expandia. Os três setores analisados possuem lógicas de ocupação distintas: o controle estatal no Setor Sul, a antecipação fundiária privada no Setor Coimbra e a reserva especulativa convertida em loteamento no Setor Bueno que, tomadas em conjunto, permitem compreender a fragmentação e a descontinuidade como características da ocupação e formação do território. Não se trata de um projeto fracassado ou de uma disputa entre profissionais, mas a sobreposição entre os interesses públicos e privados que resultou na ampliação do espaço urbano e na fragmentação do território de Goiânia, marcando seu período gestacional.

## 3 ENTRE ESFERA PÚBLICA E INTERESSE PRIVADO: AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os acervos de urbanismo revelam não apenas a história de um plano que não foi integralmente executado, mas a de um processo em que a produção do espaço urbano resultou da articulação entre marcos normativos, decisões político-institucionais e interesses econômico-fundiários que se sobrepuseram, se tensionaram e, em larga medida, se reforçaram mutuamente. Compreender essa articulação exige explicitar quem decidiu, quando e com quais instrumentos, analisando como tais decisões se inscreveram na forma urbana.

Os setores aqui apresentados exemplificam a atuação da Coimbra Bueno & Cia Ltda que assumiu o papel de agente público, de agente privado como loteador e como vendedor dos loteamentos. Não se trata de uma mesma empresa atuando em momentos ou espaços distintos, mas de uma atuação simultânea sobre o mesmo território, em que o controle das diretrizes de ocupação urbana decorria tanto do mandato público quanto da propriedade fundiária privada. Essa simultaneidade é o que permite compreender porque o eixo leste-oeste se expandiu rapidamente, sobre terras dos próprios irmãos Coimbra Bueno, enquanto o Setor Sul permanecia como reserva estatal com ocupação dispersa e sem infraestrutura: a empresa que representava o Estado na venda de lotes públicos era a mesma que definia o ritmo e os vetores de expansão privada.

## PENSAR FORA DO EIXO

Observando o gene tempo<sup>4</sup> (Trevisan, 2020) na definição do período gestacional de Goiânia (1933–1951), verifica-se que esse intervalo recai integralmente sobre a atuação da Coimbra Bueno & Cia Ltda. Sua condição singular, ao mesmo tempo construtora contratada pelo Estado, autora de plantas urbanísticas, representante comercial do governo na venda de lotes e proprietária de glebas no entorno do núcleo pioneiro, não configura uma anomalia do processo de urbanização, mas sua condição estruturante. A sobreposição entre esfera pública e interesse privado não ocorreu apesar das normas, mas por meio delas: foi o Decreto-Lei Municipal nº 90-A de 1938 que reconheceu como "cidade satélite" um setor cujas terras a empresa já havia adquirido meses antes; foi o Decreto Estadual nº 574/1947 que ampliou o perímetro urbano sobre as glebas que a empresa reservava desde os anos 1930 e foi a gestão de Jerônimo Coimbra Bueno que viabilizou a aprovação de mais de 160 loteamentos, incluindo aqueles sobre terras de propriedade da firma que ele dirigia (figura 22). Em cada um desses momentos, o instrumento normativo e o interesse fundiário privado operaram na mesma direção, produzindo uma forma urbana que reflete o ideário modernista do plano original associada à materialização sob regência da empresa urbanizadora Coimbra Bueno & Cia Ltda.

Esse arranjo tem consequências morfológicas precisas. A cidade registrada pelas aerofotogrametrias de 1951 e 1952 não é a cidade setorizada e monumentalizada do plano de Atílio Corrêa Lima, mas uma composição fragmentada de partes com temporalidades distintas: o núcleo central consolidado; o eixo leste-oeste de Campinas e do Setor Coimbra com ocupação acelerada, impulsionada pela menor custo da terra em relação à área central e pela proximidade com o núcleo preexistente; o Setor Sul como reserva estatal, à espera de uma fase posterior de valorização; e as glebas da Fazenda Macambira como território mantido à margem da malha urbana até que as condições institucionais favorecessem sua conversão em loteamento. A fragmentação não resultou de ausência de planejamento, mas de sua existência em condições de sobreposição de interesses: o Estado planejava e a empresa executava, mas também detinha as terras sobre as quais o planejamento recairia, e seus sócios dirigiam os órgãos públicos responsáveis pela aprovação dos parcelamentos.

---

<sup>4</sup> Trevisan (2020) propõe o conceito de cidades novas como tipologia urbanística e atribuiu seis genes para caracterizá-la., sendo eles: o fundador, que é a figura que idealiza e viabiliza a cidade; a função: sendo a destinação principal da cidade; o sítio escolhido para a implantação do núcleo urbano, seguido pelo profissional responsável pelo projeto – o projetista e o projeto, como quinto atributo como instrumento técnico que define a forma urbana inicial; e o tempo como atributo que permite compreender a cidade nova não como produto acabado, mas como processo em transformação, sujeito a mutações, desvios e adaptações ao longo de seu período gestacional – momento de sua constituição no território.

## PENSAR FORA DO EIXO

São poucos os estudos sobre Goiânia que abordam a estruturação urbana da cidade a partir do crescimento e da alteração do perímetro urbano mediante a conversão de áreas particulares em loteamentos tanto nas áreas urbanas quanto suburbanas. A análise aqui desenvolvida busca contribuir para esse campo, ao demonstrar que o perímetro urbano não foi apenas um instrumento técnico de delimitação do espaço construído, mas um mecanismo de valorização fundiária. A ampliação de 4 para 15 Km a partir da Praça Cívica não respondeu a uma demanda demográfica documentada, mas criou as condições jurídicas para a urbanização das glebas que a Coimbra Bueno & Cia Ltda já detinha nas áreas suburbanas. A forma urbana resultante, descontínua, espalhada, com bairros aprovados, mas não ocupados ao lado de loteamentos irregulares densamente habitados, expressa essa lógica de valorização por antecipação, em que a aprovação do parcelamento precede e induz a ocupação, e a infraestrutura pública chega depois, quando a valorização já se consolidou.

Essa dinâmica articula-se a um problema documental e historiográfico mais amplo. A dispersão das fontes primárias relativas ao período mostrou-se um obstáculo metodológico e, ao mesmo tempo, um sintoma do próprio processo histórico que se busca reconstituir. A criação, reestruturação e extinção sucessiva de órgãos de planejamento e obras, sob responsabilidade do Estado de Goiás até 1961, contribuiu para a fragmentação das séries documentais e dificulta a reconstituição das decisões que orientou a expansão urbana. A Coimbra Bueno & Cia Ltda, ao produzir e guardar seus próprios registros técnicos constituiu um acervo privado que documenta o processo de urbanização por um ângulo que os arquivos públicos não registraram com a mesma precisão. É por isso que o Acervo Abelardo Coimbra Bueno, depositado na FAU/UnB em 2020, ocupa destaque nesta análise: não como fonte complementar, mas como registro insubstituível de um processo cuja documentação pública é, ela mesma, fragmentada e necessita de revisão, além de promover meios de sua salvaguarda.

A compreensão de Goiânia como mosaico urbanístico não implica reduzir sua história a uma narrativa de desvios e irregularidades. Implica reconhecer que a fragmentação e a descontinuidade são constitutivas da forma urbana da capital e não acidentes de percurso. Os três setores analisados expressam distintos processos de produção do espaço que coexistiram no mesmo período: o controle estatal como estratégia de valorização futura no Setor Sul; a antecipação fundiária privada como mecanismo de incorporação ao plano oficial no Setor Coimbra; e a reserva especulativa convertida em loteamento mediante instrumentos normativos produzidos pela própria empresa no Setor Bueno. Nenhum desses processos é isolado. Eles se articulam na mesma trama de decisões,

## PENSAR FORA DO EIXO

agentes e instrumentos que conformou o período gestacional de Goiânia, revelando que a cidade planejada e a cidade construída não são versões contrapostas de uma mesma história, mas faces complementares de um processo em que o planejamento e a especulação operaram de forma integrada, inscrevendo na morfologia urbana as marcas de suas convergências, expressadas por permanências do plano original e as alterações durante sua materialização.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discorre sobre o que os acervos de urbanismo, dispersos e reunidos em massa documental sobre Goiânia, possibilitam adicionar novas camadas à historiografia urbana de Goiânia, a primeira capital planejada do século XX no Brasil e considerada cidade de fronteira ao estimular a ocupação do Centro-Norte do país, perpassando pela transferência da capital federal, Brasília em 1960 e a fundação da capital do Estado do Tocantins, em 1989. Trata-se de compreender Goiânia como cidade nova a partir da análise da atuação da Coimbra Bueno & Cia Ltda demarcando o período gestacional da capital goiana. Além disso, é a partir da massa documental que torna-se possível compreender a cidade como mosaico urbanístico, mediante os diferentes bairros que foram compondo seu perímetro urbano entre 1933 e 1951

Nesse sentido, foi apresentada a natureza dos agentes de produção do espaço urbano. A empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda não foi apenas a executora de um projeto de Estado: foi coautora da forma urbana de Goiânia, tanto pelo projeto urbanístico quanto pelo papel de agente loteador e fundiário. Os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno concentraram simultaneamente as funções de construtores, urbanistas, proprietários fundiários e dirigentes dos órgãos públicos de obras, representando os atributos de cidade nova (Trevisan, 2020). Essa concentração não foi exceção, ao contrário foi a condição que tornou possível a materialização de Goiânia nos termos em que ocorreu.

Outro aspecto observado diz respeito à relação entre norma e território. A sobreposição entre esfera pública e interesse privado não se realizou à margem dos instrumentos normativos, mas por meio deles. Os decretos analisados regularam a expansão urbana ao criar as condições jurídicas para a valorização das glebas que a empresa já detinha. O perímetro urbano, a aprovação de parcelamentos e o reconhecimento de setores como "cidade satélite" foram mecanismos de conversão de propriedade privada em urbanização, antecipando demandas demográficas e induzindo ocupações cuja infraestrutura o Estado não tinha condições de prover. Essa lógica de valorização por antecipação, considerando a aprovação de loteamentos precede e induz a

## PENSAR FORA DO EIXO

ocupação. é uma das marcas da forma urbana fragmentada e descontínua que caracteriza Goiânia até hoje.

Em relação à circulação de ideias urbanísticas, a Coimbra Bueno & Cia Ltda foi muito mais que um agente fundiário, pois também se colocou no debate do urbanismo moderno no Brasil, difundindo a realização da capital de Goiás e acenando sua atuação em escala nacional, ainda pouco estudada. A participação na Exposição de Viação e Obras Públicas no Rio de Janeiro em 1938, as reportagens na imprensa nacional e local, o relatório de Abelardo Coimbra Bueno publicado na Revista Municipal de Engenharia (em 1938), a adoção de preceitos da cidade-jardim no Setor Sul sob orientação de Armando Augusto de Godoy, e a atuação em outras cidades novas , tai como Luziânia, Atafona, Rubiataba, inserem os irmãos Coimbra Bueno no circuito nacional de profissionais para a formação ideário do urbanismo brasileiro das décadas de 1930 e 1940. Compreender Goiânia a partir desse agente é, portanto, também compreender como as ideias urbanísticas circularam e se adaptaram às condições locais, políticas e fundiárias de cada contexto.

A revisitação dos acervos e compilação deles em uma massa documental dispersa possibilitou ampliar a compreensão das dinâmicas urbanas da capital goiana, reafirmando que sua história não se restringe ao discurso oficial de modernidade, mas se inscreve em um processo de disputas, desvios e adaptações característicos das cidades novas no Brasil (Trevisan, 2020). Os três setores analisados configuram-se como fragmentos desse processo e possuem lógicas distintas, compondo o mosaico que dá forma à cidade. Essa leitura só é possível pela reunião de acervos de urbanismo, tidos como instrumentos de leitura crítica capazes de iluminar zonas pouco exploradas da historiografia, ao articular projeto, norma, prática profissional e materialização do espaço (Trevisan, 2025).

Como desdobramento e melhor aprofundamento desses acervos, a pesquisa propõe, em sua continuidade a análise morfológica por meio de inventários urbanos dos bairros estudados, a ampliação do corpus documental com fontes ainda não exploradas ( a saber: arquivos da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes e registros cartoriais ainda não sistematizados) e o diálogo com outras cidades novas vinculadas à atuação da Coimbra Bueno & Cia Ltda, visando compreender a empresa como empresa urbanizadora e partícipe do urbanismo brasileiro do século XX em escala que extrapola Goiânia.

## REFERÊNCIAS



## PENSAR FORA DO EIXO

ARAÚJO, J. G. de O. **Estruturação intraurbana de Goiânia: implantação do Setor Coimbra e formação do eixo leste-oeste**. Relatório Final de Iniciação Científica. Goiânia: PUC Goiás, 2025.

ARAÚJO, S. M. A. **Análise do Setor Sul na estruturação urbana de Goiânia: o legado do desejo de modernidade e circulação de ideias (1930–1970)**. Relatório Final de Iniciação Científica. Goiânia: PUC Goiás, 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal nº 311**, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país. Rio de Janeiro, 1938.

BUENO, Abelardo Coimbra. O plano e as obras de Goiânia. **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 397–416, jul. 1938.

COSTA, J. S. de S. **Setor Bueno como vetor de adensamento: atuação econômico-fundiária e ampliação do espaço urbano de Goiânia entre as décadas de 1940–70**. Relatório Final de Iniciação Científica. Goiânia: PUC Goiás, 2025.

DAHER, T. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 a 1935): ideal estético e realidade política**. Goiânia: Nega Lilu Editora, 2021.

GODOY, A. A. de. **A urbs e seus problemas**. 2. ed. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2024.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 2.737**, de 20 de dezembro de 1932. Institui comissão para escolha do sítio da nova capital. Goiás, 1932.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 3.359**, de 18 de maio de 1933. Define a área no município de Campinas para a construção da nova capital. Goiás, 1933.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 3.547**, de 6 de julho de 1933. Autoriza pagamento de 55 contos de réis para o desenvolvimento do projeto. Goiás, 1933.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 3.804**, de 18 de setembro de 1933. Determina levantamento topográfico. Goiás, 1933.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 3.929**, de 21 de outubro de 1933. Formaliza o lançamento da pedra fundamental de Goiânia. Goiás, 1933.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 4.739**, de 20 de junho de 1934. Cria o Departamento de Propaganda e Venda de Terras. Goiás, 1934.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 580**, de 1938. Confere o título de construtores da cidade de Goiânia aos irmãos Coimbra Bueno. Goiás, 1938.

GOIÁS. **Decreto Estadual nº 574**, de 12 de maio de 1947. Aprova o zoneamento e amplia o perímetro urbano do Município de Goiânia. Goiânia, 1947.

## PENSAR FORA DO EIXO

GOIÂNIA. **Decreto-Lei Municipal nº 90-A**, de 30 de julho de 1938. Aprova o plano de urbanização de Goiânia. Goiânia, 1938.

GOIÂNIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia — PDIG de 1992**, vol. 1 e 2.

Goiânia: SEPLAM, 1994. Disponível em:

[http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do\\_19941223\\_000001316.pdf](http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do_19941223_000001316.pdf).

Acesso em: 06 abr. 2026.

JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: Tomo I — modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018.

MANSO, C. F. A. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea**: um certo olhar. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.

MANSO, C. F. A. **A URBS e os seus problemas**: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARX, M. **Cidades no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

*O POPULAR*. Goiânia, 2 jun. 1938, n. XVII, ano I. Acervo CEDOC/Grupo Jaime Câmara.

*O POPULAR*. Goiânia, 23 jun. 1938, n. XXIII, ano I. Acervo CEDOC/Grupo Jaime Câmara.

*O POPULAR*. Goiânia, 23 abr. 1939, n. 14, ano II. Acervo CEDOC/Grupo Jaime Câmara.

*O POPULAR*. Goiânia, 15 ago. 1940, n. 228, ano III. Acervo CEDOC/Grupo Jaime Câmara.

PANERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PANTALEÃO, S. C. Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais. **Paranoá**, v. 1, n. 33, p. 1--21, 2022. DOI:

10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.18. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/41005>. Acesso em: 06 abr. 2026.

PANTALEÃO, S. C. **Mosaico Urbanístico de Goiânia: formação do centro expandido e estruturação urbano-regional (1933–1969)**. Relatório Parcial de Estágio Pós-Doutoral. Brasília: FAU/UnB, 2025.

PEREIRA, M. S. Pensar por nebulosas. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**, v. 1. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 236–261.

PIRES, J. R. **Goiânia, cidade pré-moderna do cerrado, 1922–1938**: modernidade e cidade-jardim na urbanística da nova capital do Estado de Goiás. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2009.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.



## PENSAR FORA DO EIXO

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SECCHI, B. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise. **Espaço e Debates**, v. 11, n. 34, p. 28–37, 1991.

TREVISAN, R. **Cidades novas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

TREVISAN, R. Acervos e arquivos de urbanismo, por que não? In: TREVISAN, R. *et al.* (org.) **Acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2025, p. 67–100.

VASCONCELOS, P. de A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, p. 31056, 2010.